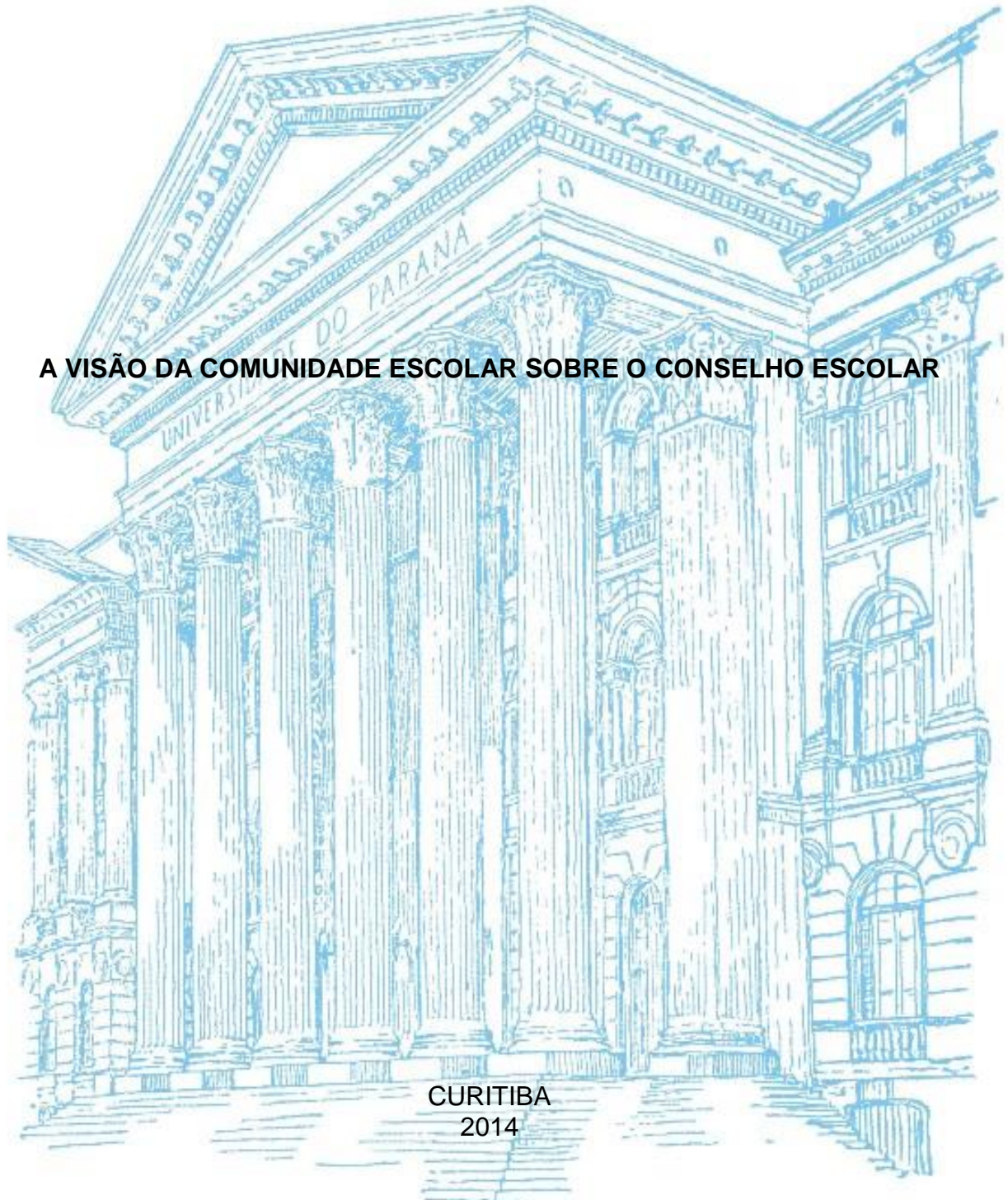


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CÍNTIA ROVER BARBOSA DE CARVALHO

**A VISÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O CONSELHO ESCOLAR**



CURITIBA  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

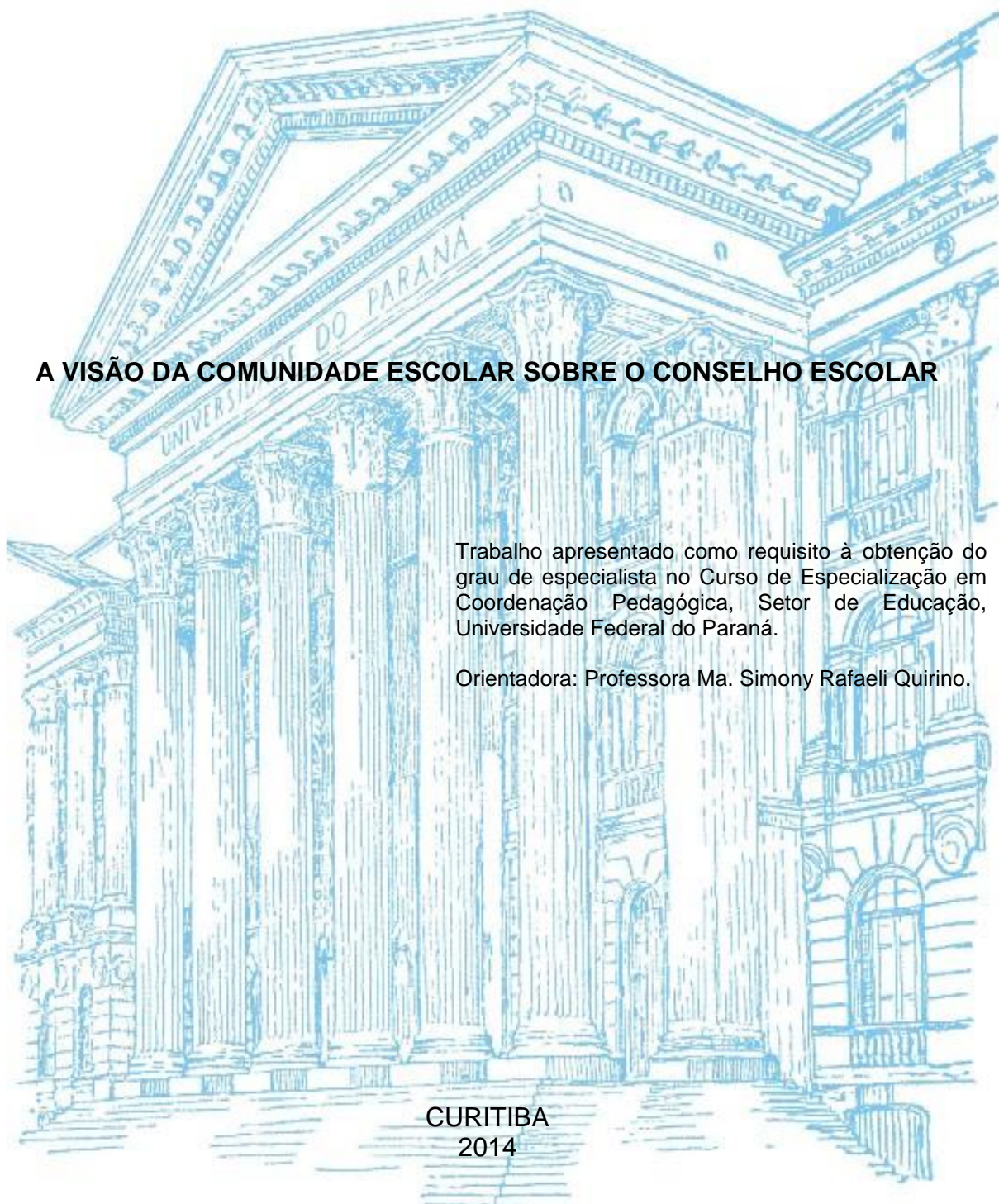
CÍNTIA ROVER BARBOSA DE CARVALHO

**A VISÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O CONSELHO ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Ma. Simony Rafaeli Quirino.

CURITIBA  
2014



## SUMÁRIO

Introdução	5
Gestão Democrática	5
Conselho Escolar	8
Contexto da escola pesquisada	9
Conselho Escolar da escola pesquisada	9
Visão da Comunidade Escolar sobre o Conselho Escolar	10
Considerações Finais	15
Referências Bibliográficas	16

# A VISÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE O CONSELHO ESCOLAR

CÍNTIA ROVER BARBOSA DE CARVALHO<sup>1</sup>

## RESUMO

Neste artigo procurar-se-á explicitar a importância do Conselho Escolar como uma das formas de Gestão Democrática da escola, tendo como pano de fundo a análise do Conselho Escolar de uma escola localizada no município de Siqueira Campos/Paraná e a visão que os seus integrantes e os representantes da comunidade escolar têm sobre o mesmo. Para isso foram aplicados questionários com a comunidade escolar com pessoas que atualmente fazem parte e/ou já fizeram em outros mandatos do Conselho Escolar e pessoas que não fazem parte do Conselho Escolar. Verificou-se a partir da análise dos questionários a importância de se capacitar a comunidade escolar para o fortalecimento deste conselho para que sua atuação se torne mais efetiva e ele se transforme em um verdadeiro instrumento da gestão democrática desta escola, pois averiguou-se que o fato de fazer parte do Conselho Escolar não facilitou as respostas de algumas questões sobre o mesmo.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Conselhos Escolares; Trabalho Coletivo; Visão da comunidade.

---

<sup>1</sup> Artigo produzido pela aluna Cíntia Rover Barbosa de Carvalho do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora mestra Simony Rafaeli Quirino. E-mail: cintiarover@ibest.com.br.

## **Introdução**

Diante dos vários problemas diagnosticados nas escolas públicas como administrativos, pedagógicos e financeiros, percebemos a necessidade de atitudes concretas para que esses problemas possam ser melhorados.

Sabe-se que são várias as tentativas realizadas pela equipe gestora e pedagógica, mas muitas vezes sem solução, devido talvez a atitudes isoladas dentro de suas funções e, então, deduz-se que se os problemas fossem trabalhados coletivamente poderiam ser amenizados ou melhorados, pois por meio da participação coletiva todos seriam corresponsáveis por suas atitudes. Assim sendo, coloca-se como necessária a consolidação e fortalecimento do Conselho Escolar.

É possível verificar que na maioria das escolas municipais e estaduais do município de Siqueira Campos estes Conselhos já se encontram estruturados, mas infelizmente sua atuação não está acontecendo, ou seja, sabe-se que todas as escolas possuem o Conselho Escolar, mas que este Conselho não atua corretamente devido ao pouco conhecimento que seus membros possuem sobre ele e também pela falta de iniciativa que as Secretarias Municipais e Estaduais, bem como os gestores escolares têm para organizar grupos de estudos e reuniões com a comunidade escolar para estudar e se aprofundar sobre a importância que o Conselho Escolar tem dentro da escola.

Neste artigo procurar-se-á explicitar a importância do Conselho Escolar como uma das formas de Gestão Democrática da escola, tendo como pano de fundo a análise do Conselho Escolar de uma escola localizada no município de Siqueira Campos/Paraná e a visão que os seus integrantes e os representantes da comunidade escolar têm sobre o mesmo.

## **Gestão Democrática**

A Educação Brasileira passou e passa por muitas mudanças ao longo do tempo, no sentido de conquistas de seus direitos e luta pela democracia nos âmbitos escolares.

São inúmeras as conquistas, entre elas, a gestão democrática que está assegurada na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional nº 9.394 de 1996 e também na Lei nº 10.172 de 2001 do Plano Nacional da Educação.

O artigo 206 da Constituição Federal de 1988 estabelece que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;**
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (destacado pela autora)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, estabelece em seu Artigo 14, que os sistemas de ensino definam as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

O Plano Nacional da Educação, estabelecido pela Lei nº 10.172/01, tem como um de seus objetivos a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, trazendo os princípios já estabelecidos na LDB nº 9.394/96, da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Embora a gestão democrática esteja amparada legalmente, as escolas públicas precisam de ações concretas para que transformações aconteçam, pois segundo Paro (2005, p. 10) é preciso transformar o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola onde a apropriação aconteça por parte das camadas trabalhadoras para que a escola seja transformada e se torne transformadora. Esta transformação é possível por meio de uma nova forma

de gestão e por isso é que surgiram os Conselhos Escolares que precisam ser fortalecidos para que isto aconteça e ocorra a consolidação da gestão democrática.

Damiani (2008, p. 224 e 225) reforça a importância do trabalho colaborativo dentro da escola e diz que ele possibilita o resgate de valores como o compartilhamento e a solidariedade que se foram perdendo ao longo do caminho trilhado por nossa sociedade extremamente competitiva e individualista. E, como argumenta Ferreira (2003, p. 134), “juntamos trabalhos” ao invés de trabalharmos juntos, e isso aplica-se de maneira intensa às instituições escolares nas quais tanto as atividades pedagógicas quanto as administrativas são usualmente realizadas de maneira individual. É, portanto, necessário resgatar esses valores dentro da escola para que o trabalho possa ser transformado e melhorado.

Gestão democrática é construída no cotidiano escolar, no exercício da autonomia, instituída pela vontade e segundo os valores e objetivos coletivos. Para que a gestão da escola pública seja efetivamente democrática é fundamental que ela tenha seu espaço de autonomia, inclusive para decidir que tipo de exercício democrático deseja praticar (BRASIL, 2004, p.54-55).

Assim sendo, é necessário que a escola tenha em seu regimento as normas sobre o conselho e a gestão democrática que tem ou que pretende praticar para que ela realmente se efetive.

Paro (2005, p.12) vê o conselho de escola como uma potencialidade a ser explorada porque na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e recursos.

Para que a gestão democrática aconteça efetivamente na escola pública é necessário que ocorra a consolidação e fortalecimento do Conselho Escolar, pois por meio deste importante colegiado é possível melhorar os aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e políticos com ações participativas e coletivas onde as decisões são compartilhadas e os poderes partilhados fazendo com que as dificuldades sejam superadas, a escola pública melhore, cumpra sua função social na democratização do saber, além de conferir transparência à gestão.

## Conselho Escolar

O Conselho Escolar representa a própria escola, atua como instrumento de tomada de decisão, é o veículo do poder da cidadania, da comunidade de onde a escola efetivamente pertence, é uma estratégia de gestão democrática da escola pública que tem como pressuposto o exercício do poder, pela participação das comunidades escolar e local (BRASIL, 2004, p. 36).

Este conselho é muito importante, pois apresenta inúmeras funções e atribuições dentro da escola. Segundo Aguiar (2008, p. 141) este conselho é imprescindível, pois representa os diversos segmentos da escola e da comunidade local, tem como funções coordenar e acompanhar as discussões concernentes às prioridades e objetivos da escola, analisar e encaminhar os problemas de ordem administrativa ou pedagógica, conhecer as demandas e potencialidades da comunidade local, estimular a instituição a práticas pedagógicas democráticas e transparentes e incentivar a co-responsabilidade no desenvolvimento das ações de todos os que integram a comunidade escolar.

São os Conselhos Escolares que dão sustentação a projetos político-pedagógicos que permitam a definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade, sendo assim, um elemento importante para a criação de um cotidiano escolar possuidor de uma cultura democrática, participativa e cidadã que tem como fim a construção de uma sociedade igualitária e justa (BRASIL, 2004, *apud* ALVES *et al.*, 2012, p.56).

O Conselho Escolar defende interesses coletivos do projeto político-pedagógico da escola e por isso tem que ter uma visão do todo, ouvindo e agindo sobre os diferentes pontos de vista das pessoas que o compõem. Ele também tem sua função mobilizadora onde os cidadãos têm voz e vez nas decisões da escola, motivados por um objetivo comum em que todos os envolvidos trabalham juntos dentro do processo educacional.

De acordo com o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, instituído pela Portaria Ministerial nº 2.869/04, são objetivos destes conselhos:

[...] ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares; instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de conselhos escolares; promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares; estimular a integração entre os conselhos escolares; apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade; promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação (BRASIL, 2004, *apud* AGUIAR *et al.*, 2008, p.132).

### **Contexto da escola pesquisada<sup>2</sup>**

A escola pesquisada localiza-se no município de Siqueira Campos/Paraná e funciona desde o dia 02 de outubro de 1950. É a maior escola do município sendo mantida pelo governo do Estado do Paraná sob a jurisdição do Núcleo Regional de Educação de Ibaiti.

A escola oferta ensino fundamental séries finais, ensino médio organizado por bloco de disciplinas semestrais, curso de formação de docentes da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, contra turno com sala de apoio à aprendizagem atendendo alunos do 6º e 7º anos do ensino fundamental em língua portuguesa e matemática, educação de jovens e adultos fase II e fase III, centro de estudos de língua estrangeira moderna, educação especial ofertada por meio de sala de recursos multifuncional e atividades complementares curriculares em contra turno para os alunos interessados.

No momento possui aproximadamente um mil e quinhentos alunos oriundos da zona urbana e rural, cento e trinta professores e funcionários, um diretor e mais dois diretores auxiliares, sendo estes em sua grande maioria concursados.

### **Conselho escolar da escola pesquisada**

Na escola pesquisada o Conselho Escolar foi instituído em 28 de outubro de 1992. Atualmente, tem como componentes a direção, representantes da Equipe Pedagógica, representantes dos Agentes Educacionais I e II (Auxiliares Gerais e Administrativos), representantes dos Professores, representantes dos alunos, representantes dos pais dos alunos e representantes dos movimentos sociais organizados da comunidade.

---

<sup>2</sup> Destaca-se que os dados referentes a escola foram retirados do Projeto Político Pedagógico da mesma.

O mandato é de dois anos, com exceção do presidente que é exercido pelo diretor do estabelecimento. A última eleição foi realizada no ano de 2012 onde seus membros foram homologados através do Ato Administrativo nº 190/2012 pela Chefe do Núcleo Regional de Educação de Ibaiti.

O referido Conselho Escolar tem seu Estatuto aprovado desde o ano de 2007 pelo Ato Administrativo nº 20/2007, através do Parecer nº 06/2007 do Núcleo Regional de Educação de Ibaiti e está de acordo com a Deliberação nº 16/99 do Conselho Estadual de Educação do Paraná em observância dos desígnios constitucionais da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

De acordo com o artigo quarto desse Estatuto o conselho escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da Secretaria de Estado da Educação, observando a Constituição, a LDB, o ECA, o Projeto Político Pedagógico e o Regimento da Escola/Colégio, para o cumprimento da função social e específica da escola.

Por meio da análise dos documentos deste Conselho constata-se que o mesmo está regularmente documentado estando de acordo com as normas estabelecidas pelo Núcleo Regional de Educação e Secretaria de Estado da Educação. Porém, é possível perceber na prática que o Conselho Escolar não atua adequadamente conforme o documento prescreve, talvez por falta de informações mais claras e definidas ou mesmo pela falta de interesse dos membros integrantes da escola e, principalmente, dos que já fazem parte deste Conselho.

### **Visão da comunidade escolar sobre o conselho escolar**

Por meio da aplicação de questionários aos diversos segmentos da escola que fazem e dos que não fazem parte do Conselho Escolar pode-se perceber a visão e o conhecimento que os mesmos possuem em relação a este.

Ao todo dezoito pessoas responderam ao questionário, sendo que nove são componentes do atual Conselho Escolar e/ou já foram em outros mandatos. As outras nove não fazem parte deste Conselho, são apenas integrantes da comunidade escolar.

No questionário procurou-se investigar sobre a interação entre o gestor escolar e a comunidade escolar; sobre a participação nas decisões tomadas na Instituição/Escola; sobre o conhecimento de como é formado o Conselho Escolar; se o entrevistado participa do Conselho Escolar e como ocorre sua participação e para encerrar foi sugerido que o respondente respondesse por meio de uma questão objetiva com quatro alternativas, dentre elas três corretas, as funções do Conselho Escolar.

As características dos respondentes podem ser observadas nos quadros 1 e 2 abaixo:

<b>Comunidade Escolar</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>	<b>Função na escola</b>	<b>Tempo na Escola</b>
A	M	43	Especialista	Professor	10
B	F	45	Especialista	Mãe de Aluno	5
C	F	50	Especialista	Agente Educacional II	28
D	F	42	Especialista	Mãe de Aluno	7
E	M	17	Ensino Médio Incompleto	Aluno	8
F	F	51	Especialista	Pedagoga	4
G	M	31	Superior Incompleto	Agente Educacional II	11
H	F	51	Especialista	Agente Educacional I	27
I	M	30	Superior Incompleto	Agente Educacional II	3

Quadro 1: Características dos respondentes que são componentes do Conselho Escolar.  
Fonte: Questionários sobre a visão da comunidade escolar sobre o Conselho Escolar.

A maioria dos respondentes que fazem parte do Conselho Escolar da escola pesquisada são mulheres, com formação em nível de Especialização, com idade entre quarenta e dois a cinquenta e um anos e estão na escola entre quatro e vinte e oito anos. Verifica-se que três dos nove respondentes são do segmento de pais e alunos e os outros seis representam os segmentos de professores, equipe pedagógica e Agentes Educacionais I e II, mostrando que a maioria destes respondentes são profissionais que atuam na escola.

<b>Comunidade Escolar</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>	<b>Função na escola</b>	<b>Tempo na Escola</b>
A	F	44	Especialista	Mãe de Aluno	3
B	F	39	Especialista	Mãe de Aluno	6
C	F	43	Especialista	Professora	2
D	F	47	Especialista	Professora	9
E	F	39	Especialista	Professora	10

F	M	17	Ensino Médio Incompleto	Aluno	7
G	F	15	Ensino Médio Incompleto	Aluna	7
H	M	17	Ensino Médio Incompleto	Aluno	3
I	F	17	Ensino Médio Incompleto	Aluna	2

Quadro 2: Características dos respondentes que não fazem parte do Conselho Escolar.  
Fonte: Questionários sobre a visão da comunidade escolar sobre o Conselho Escolar.

A maioria dos respondentes que não fazem parte do Conselho Escolar da escola pesquisada são mulheres, com formação em nível de Especialização, com idade entre quinze a quarenta e sete anos e estão na escola entre dois e dez anos. Verifica-se que seis dos nove respondentes são do segmento de pais e alunos e os outros três representam os segmentos de professores.

Quando questionados se o gestor incentiva a interação entre a comunidade escolar todos os respondentes responderam que sim acrescentando as formas em que ocorre essa interação: “conforme a necessidade”, “reuniões”, “apresentação dos alunos”, “eventos e palestras” (respostas dos que fazem parte do conselho escolar) e “reuniões”, “exposições” e “festas” (respostas dos que não fazem parte do conselho escolar).

No entanto, quando questionados se há iniciativa da comunidade escolar para promover essa interação apenas seis dos que fazem parte do conselho escolar responderam que sim e três responderam sem muita convicção na resposta, inclusive em duas respostas ficou claro que só acontece a interação quando a escola incentiva. Apenas quatro dos respondentes que não fazem parte do conselho escolar responderam que sim, os outros cinco deixaram bem claro que não é sempre que isto ocorre, mas que alguns professores promovem esta interação. Conforme Paro (2005) é preciso que todos participem para que a escola seja transformada e se torne transformadora, sendo isto possível por meio de uma nova forma de gestão.

Quando os respondentes foram questionados se participam das decisões tomadas na Instituição/Escola sete dos que fazem parte do Conselho Escolar responderam afirmativamente, um respondeu que na maioria das vezes e outro que é representante dos pais disse que “não faz parte da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e sempre que é possível participa”, confundindo o Conselho Escolar com a APMF que é outro órgão colegiado importante e que faz parte da escola, mas que apresenta funções e atribuições diferentes do Conselho Escolar.

Dos que não fazem parte do Conselho Escolar três responderam sim, um respondeu nem sempre, dois às vezes, e três responderam que não. Tais respostas reforçam a importância do trabalho colaborativo dentro da escola que possibilita o resgate de valores como o compartilhamento e a solidariedade que foram se perdendo em nossa sociedade conforme afirma Damiani (2008).

Quando questionados se sabiam o que é e como é formado o Conselho Escolar nenhum dos respondentes respondeu corretamente o questionamento, um representante da Equipe Pedagógica e outro do Segmento Agente Educacional II responderam objetivamente que sim, mas não explicaram, quatro responderam somente sobre a formação e não o que é o Conselho Escolar, um respondeu somente a função e não como é formado e um representante dos alunos respondeu que é formado por dois representantes de cada órgão colegiado. O posicionamento dos respondentes nos mostra, conforme Abranches (2003), que os indivíduos se inserem nos colegiados, participam de suas atividades, mas não sabem definir o que seria essa prática.

Dos que não fazem parte do Conselho Escolar três responderam objetivamente que sim, sem explicar o que é o Conselho Escolar, quatro responderam sim, mas comentaram somente da formação e não como funciona, um representante de alunos respondeu um pouco dizendo “ser formado por determinados professores” e outro que “ele é formado pela equipe pedagógica e professores da escola, mas não tenho certeza”.

Com a pergunta você participa do Conselho Escolar? Seis dos que fazem parte do Conselho Escolar responderam sim, dois que atualmente não, mas que sempre fizeram parte (por isso responderam ao questionário) e um respondeu não (mesmo fazendo parte pelos documentos). Na mesma pergunta todos os que não fazem parte responderam não.

Para a pergunta sobre como ocorre à participação dos que fazem parte do Conselho Escolar somente um respondeu explicando o segmento ao qual representa, dois respondentes explicaram o segmento ao qual representam acrescentando que sua função é para “a tomada de decisões para o bom andamento da escola” (representantes de professores e alunos), um representante dos Agentes Educacionais II respondeu que é para “avaliar o processo-ensino aprendizagem na relação professor-aluno e os procedimentos abordados a cada

caso”, quatro não responderam e um que, embora, atualmente não faça parte, mas que esteve em outras gestões disse que “todos têm direito a expressar suas opiniões e participar de tomadas de decisões coletivas, ou seja, uma participação democrática”.

Na última pergunta<sup>3</sup> que tinha por objetivo verificar se os respondentes sabiam identificar as funções do Conselho Escolar foram utilizadas quatro alternativas sendo três corretas e uma errada. Dos respondentes que fazem parte do Conselho Escolar na alternativa um: sete responderam corretamente e dois erraram. Na alternativa dois: sete responderam corretamente e dois erraram. Na alternativa três: seis responderam corretamente e três erraram. Na alternativa quatro: cinco responderam corretamente e quatro erraram. Dos que não fazem parte do Conselho Escolar na alternativa um: sete responderam corretamente e dois erraram. Na alternativa dois: cinco responderam corretamente e quatro erraram. Na alternativa três: quatro responderam corretamente e cinco erraram e na alternativa quatro: dois responderam corretamente e sete erraram. Por meio desta pesquisa foi possível perceber que o fato de fazer parte do Conselho Escolar muitas vezes não facilitou a visão correta sobre este conselho, tanto destes como dos outros respondentes, mostrando ainda que a maioria dos respondentes também são funcionários da escola pesquisada há bastante tempo e mesmo assim não sabiam definir o que realmente é a função deste Conselho.

Diante das respostas analisadas percebe-se claramente a visão que os vários segmentos da escola possuem sobre o Conselho Escolar sendo que alguns conhecem e outros muito pouco, sendo necessário mais informação e esclarecimentos sobre o referido Conselho, identificando-se assim a necessidade de ampliar a divulgação das atividades do Conselho e da escola como um todo por meio de capacitação para que o público envolvido não fique alheio as atividades

---

<sup>3</sup> As funções do Conselho Escolar são: ( ) assegurar a participação da comunidade no processo educacional, auxiliando e apoiando a equipe gestora em questões administrativas, financeiras e pedagógicas. ( ) gerenciar os recursos financeiros destinados às escolas públicas das redes estaduais ou municipais, além de administrar as verbas, e responsável por manter e conservar os equipamentos e a estrutura física da instituição e por manter a integração da comunidade com a escola, contribuindo assim, para uma maior participação da família na construção do conhecimento dos alunos. ( ) atuar de forma consultiva, deliberativa, normativa e avaliativa. ( ) coordenar o processo de discussão, elaboração ou alteração do regimento da instituição, garantir a participação da comunidade escolar na elaboração do PPP e acompanhar a evolução dos indicadores educacionais da escola (BRASIL, Caderno 1, 2004).

inerentes ao Conselho Escolar que é tão importante dentro da escola como elemento da Gestão Democrática para a melhoria da qualidade da Escola Pública.

### **Considerações Finais**

A realização desta pesquisa permitiu verificar a visão que os integrantes da comunidade escolar possuem sobre o conselho escolar demonstrando assim que os mesmos em suas respostas muitas vezes sabem sobre a formação do Conselho Escolar, mas não sabem definir muito bem quais são suas verdadeiras atribuições e importância. Conforme os autores destacam para que este se torne um instrumento de gestão democrática dentro da escola, principalmente, por aqueles que fazem e/ou já fizeram parte do Conselho Escolar, mas também de toda a comunidade escolar para que reconheçam a importância do trabalho coletivo e se sintam motivados a participar.

Assim, cabe as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como aos gestores juntamente com os coordenadores pedagógicos fortalecerem o conselho escolar, pois embora não estejam em sala de aula, também educam por suas atitudes. Eles precisam fazer com que a gestão democrática aconteça dentro da escola pública para que então seja disseminada a cultura democrática.

Gestão significa tomar decisões, organizar, dirigir as políticas educacionais que se desenvolvem na escola comprometidas com a formação da cidadania [...] é um compromisso de quem toma decisões – a gestão, de quem tem consciência do coletivo – democrática - de quem tem responsabilidade de formar seres humanos por meio da educação (FERREIRA, 2004, p. 1241).

Para que os membros do conselho escolar possam exercer suas funções com qualidade é necessário à capacitação dos conselheiros para que conheçam o conselho: seu significado e papel, a escola como organização e seu projeto político-pedagógico, a legislação educacional básica, o sistema de ensino (estado e município) seus princípios e normas e também o significado da participação e assim se sensibilizem e assumam suas funções com competência, pois segundo Paro (2005, p.12) é um instrumento que existe e precisa ser aperfeiçoado com vistas a que se torne o embrião de uma verdadeira gestão colegiada que esteja articulada com os interesses populares na escola.

Uma das formas de realizar essa capacitação dentro da própria escola seria de o pedagogo mobilizar e articular este trabalho.

A Pedagogia é uma área de conhecimento que investiga a realidade educativa, no geral e no particular. Mediante conhecimentos científicos, filosóficos e técnico-profissionais, ela busca a explicitação de objetivos e formas de intervenções metodológica e organizativa em instâncias da atividade educativa implicadas no processo de transmissão/apropriação ativa de saberes e modos de ação. Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. Em outras palavras, pedagogo é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações (LIBÂNEO, 2002, p. 51-52).

Para que o pedagogo consiga desenvolver um trabalho transformador e ao mesmo tempo realizar este com o objetivo de alcançar uma ação intencional e interligada com a organização e gestão escolar e também um trabalho coletivo que esteja integrado com a comunidade escolar, deverá trabalhar no sentido de orientar, estimular e criar oportunidades de estudos coletivos por meio de fundamentos teóricos tendo como tema a prática e suas questões, debatendo problemas e possíveis soluções.

### Referências Bibliográficas

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar**: espaço de participação da comunidade. São Paulo, Cortez, 2003.

AGUIAR, Márcia Angela da S. *et al* **Gestão da Educação Básica e o Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Educar, Curitiba, nº 31. Editora UFPR, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a09>> Acesso em: 01 Jul. 2014.

ALVES, A. V. V. *et al*. **Para que fortalecer os Conselhos Escolares?** Web Revistas Diálogos & Confrontos Revista em Humanidades, vol. 01 – 1º Semestre – Jan-Jun 2012, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - Dourados/MS, 2012. Disponível em: <<http://www.uems.br/dialogoseconfrontos/Arquivos/PARA%20QUE%20FORTALECE%20OS%20CONSELHOS%20ESCOLARES-1.pdf>> Acesso em: 02 Jul. 2014.

BARBOSA, E.F. **Instrumento de Coleta de Dados em Pesquisas Educacionais**. Disponível em:

<[http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino\\_2013\\_2/Instrumento\\_Coleta\\_Dados\\_Pesquisas\\_Educacionais.pdf](http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2013_2/Instrumento_Coleta_Dados_Pesquisas_Educacionais.pdf)> Acesso em: 17 Jan. 2014.

BRASIL. Conselhos Escolares. In: **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília: SEB /MEC, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12384:conselhos-escolares-apresentacao&catid=316:conselhos-scolares&Itemid=655](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12384:conselhos-escolares-apresentacao&catid=316:conselhos-scolares&Itemid=655)> Acesso em: 10 Jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania. In: **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília: SEB/MEC, 2004. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_cad1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad1.pdf)> Acesso em: 11 Mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. In: **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Brasília: SEB /MEC, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 02 Mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 09 Jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 09 Jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)> Acesso em: 15 Mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação. Portaria nº 2.896, de 17 de setembro de 2004. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 180. Seção 2, p. 7

\_\_\_\_\_. **Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf) . Acesso em 18 de Junho de 2014.

BRUNO, Eliane B. G. O trabalho coletivo como espaço de formação. In: **O Coordenador Pedagógico e a educação continuada**. 9 ed. São Paulo, Edições Loyola, 2006.

DAMIANI, Magda Floriana. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Educar, Curitiba, nº 31, p. 213. Editora UFPR, 2008.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, INEP, 2007.

DUARTE, Vânia. M. do N. **Técnica de Coleta de Dados: entrevista**. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/regras-abnt/entrevista.htm>> Acesso em: 17 Jan. 2014.

FERREIRA, N.S.C. Poderemos trabalhar juntos na sociedade mundializada? Desafios para os educadores. In: Porto, T.M.E. **Redes em construção: meios de comunicação e práticas educativas**. Araraquara, JM, 2003.

\_\_\_\_\_. **Repensando e ressignificando a Gestão Democrática da educação na “cultura globalizada”**. In: Educação e Sociedade. Campinas. Vol. 25, n. 89, p. 1227-1249, Set/dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22619>

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas Atuais da Educação**. Disponível em: <<http://coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/ufpr/mod/data/view.php?id=1603>> Acesso em: 17 Jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Práxis**. 4ª ed. São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 5.ed.São Paulo, Cortez, 2002.

NETTO, Colégio Estadual Professor Segismundo Antunes. **Projeto Político Pedagógico**. Siqueira Campos: Paraná, 2012. Disponível em: <[http://www.sqcsegismundo.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/32/2680/11/arquivos/File/PPP\\_2012.pdf](http://www.sqcsegismundo.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/32/2680/11/arquivos/File/PPP_2012.pdf) > Acesso em: 25 Jun. 2014.

PARANÁ. **Deliberação nº 16/99 Conselho Estadual de Educação do Paraná**. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/deliberacoes/deliberacao161999.pdf>. Acesso em 15/06/2014.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Conselho Escolar**. Ato Administrativo nº 20/2007 – NRE Ibaiti /SEED/Superintendência da Educação/Coordenação de Apoio à Direção e Equipe Pedagógica. Curitiba – Pr , 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. **Parecer nº 06/2007**. Núcleo Regional de Educação de Ibaiti. Ibaiti/Pr, 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. **Organização do trabalho pedagógico** / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Coordenação de Gestão Escolar. – Curitiba, SEED – Pr., 2010. - 128 p.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. Ato Administrativo nº 190/2012. Núcleo Regional de Educação de Ibaiti. Ibaiti/Pr, 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo, Ática, 2005.

SAVIANI, Demerval. **Sentido da pedagogia e o papel do pedagogo**. Revista ANDE, São Paulo, n.º 9, p. 27-28, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações** – 8. Ed. Revista e ampliada. Campinas, Autores Associados, 2003.